

**ATUALIDADE II**

**CRISE  
ECONÓMICA**



**CHUMBO  
PLANO B  
NA QUINTA  
FEIRA**

■ Passos Coelho já sabia que o texto seria chumbado. Só não sabia que seria por unanimidade. Ontem falou com Durão Barroso em Bruxelas

# Passos insiste no corte de pensões

■ Primeiro-ministro quer evitar uma subida de impostos e estuda corte alargado aos pensionistas. Condições dos juízes do TC dificultam solução

● CRISTINA RITA/DIANA RAMOS/  
JOSÉ RODRIGUES

O primeiro-ministro está renitente em subir impostos, mas não desiste de reduzir as pensões em pagamento, apesar do chumbo do Tribunal Constitucional (TC). O corte pode alargar-se aos pensionistas do setor privado.

O Governo está já a estudar o acórdão e o CM sabe que as soluções estarão em cima da mesa do Conselho de Ministros de quinta-feira. "O acórdão revela que não é inconstitucional reduzir o valor das pensões em pagamento, embora

num contexto de reforma mais geral e reunidas certas condições", disse Passos Coelho, para quem o País precisa de dar sinais de confiança aos credores. E não está apenas em causa tapar o buraco de 388 milhões deixado pelo chumbo, que pode ser resolvido com a aplicação automática da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) ao pensionistas do Estado salvos do corte de 10% (vale 340 milhões de euros) e, até através de um ligeiro aumento do IVA. O primeiro-ministro quer assegurar a sustentabilidade da CGA.

Certo é que a intransigência de Passos Coelho colide com a ar-

gumentação dos juízes do TC, que no acórdão só admitem um corte nas pensões em pagamento em condições muito específicas. "Sendo necessário alargar o ónus da insustentabilidade financeira do sistema (...) aos atuais beneficiários, procedendo a reduções e recalculos de pensões já atribuídas, as soluções a equacionar não podem deixar de ser perspectivadas em termos do sistema público globalmente considerado. O TC é contra medidas "avulsas" de simples "ablação bruta das pensões". E deixa o aviso: "O autofinanciamento da CGA já está comprometido com a insuficiência de quotizações e não é a redução das pensões que o vai salvar." ■

**NOTÍCIA EXCLUSIVA**  
DA EDIÇÃO EM PAPEL

**CORREIO**  
da manhã

**PORMENORES**

● **MERCADOS**

Os juros da dívida pública a dez anos estavam ontem estáveis nos 6,036%. Os analistas consideram que os mercados já tinham antecipado a decisão do TC.

● **EUROGRUPO**

O líder do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, reforçou que Portugal tem de cumprir metas do défice para sair do ajustamento, pedindo uma "estratégia credível de consolidação orçamental".

● **"É DIFÍCIL INSISTIR"**

O constitucionalista Tiago Duarte considera que a sustentação do acórdão do TC "torna difícil insistir na lógica [do corte] das pensões".

## Aumento do IVA como solução de curto prazo

● O Governo pode vir a aumentar a taxa máxima de IVA, de 23 por cento para 23,5% ou 24%, como forma de contornar o chumbo do Tribunal Constitucional, ou seja, obter uma parte dos cerca de 400 milhões de euros de corte na despesa, previstos com o diploma da convergência das pensões.

Esta é uma decisão delicada porque tem obstáculos na coligação PSD/CDS, mas será, apurou o CM, apenas uma solução de curto prazo sem melindrar os mercados. Contudo, no CDS-PP há um histórico de resistência a mexidas no IVA. O ministro da Economia, Pires de Lima, foi um defensor da baixa do IVA na restauração antes de tomar posse como ministro. ■

OLIVIER HOSLET/USA

## MARCELO | "NÃO É UM DRAMA"

“A vida continua, não é um drama. São 380 milhões e o Governo encontrará maneiras de acomodar uma parte substancial deste buraco



## FREITAS | CORAGEM

“Felicitó o Tribunal Constitucional pela coragem com que decidiu por unanimidade e enfrentou a mais radical campanha de pressões



## AS REGALIAS PAGAS NO ESTADO

■ **Gratificação tratador solípedes** – Pago pelo Ministério da Administração Interna aos tratadores de cavalos  
**CUSTO 45 922 € POR ANO**

■ **Gratificação tratador de canídeos** – Pago pelo Ministério da Administração Interna aos tratadores de cães  
**CUSTO 32 491 € POR ANO**

■ **Subsídio de gases e de mar** – Pago pelo Ministério do Ambiente e do Mar  
**CUSTO 13 502 € POR ANO**

■ **Serviço de mergulhador** – pago pelo Ministério da Defesa  
**CUSTO 1,2 MILHÕES € /ANO**

■ **Serviço de imersão** – pago pelo Ministério da Defesa  
**CUSTO 805 555 € POR ANO**

■ **Lavagem de viaturas** – Pago por vários ministérios. O valor abaixo é pago só pelo Ministério da Educação  
**CUSTO 78 221 € POR ANO**

■ **Compensação do trabalho de recuperação dos atrasos processuais** – Pago pelo Ministério da Justiça  
**CUSTO 12,6 MILHÕES € ANO**

■ **Despesas de viagens e transporte de bagagens** – Pago pelo Ministério da Justiça  
**CUSTO 231 713 € POR ANO**

■ **Redução do preço bilhetes de comboio** – Pago pelo Ministério da Justiça  
**CUSTO 66 647 € POR ANO**

■ **Subsídio de serviço de periferia** – Pago aos médicos pelo Ministério da Saúde  
**CUSTO 3,9 MILHÕES € ANO**

■ **Suplemento de penosidade** – Pago pelo pelo Ministério do Emprego e Solidariedade a funções com riscos físicos  
**CUSTO 16 903 € POR ANO**

■ **Despesas de representação** – Suplemento pago pela Presidência do Conselho de Ministros  
**CUSTO 2,9 MILHÕES € ANO**

## Suplementos da administração pública Top 10 dos mais caros

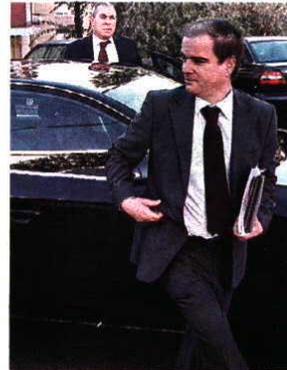
Valores em milhares de euros

|                                  |     |
|----------------------------------|-----|
| Condição militar                 | 120 |
| Supl. serv. forças segurança     | 76  |
| Fundo estab. tributária          | 58  |
| Supl./subs. turno                | 50  |
| Abono representação              | 40  |
| Supl. escala e prevenção         | 31  |
| Despesas representação           | 31  |
| Supl. aumento unid. Pond. USF    | 30  |
| Comp. des. ativ. específicas USF | 18  |
| Suplementos patrulha             | 18  |

## Entidades que mais pagam

■ Percentagem do total da administração central

|                           |     |    |
|---------------------------|-----|----|
| PSP                       | 111 | 17 |
| Aut. Trib. Aduaneira      | 69  | 11 |
| Exército                  | 61  | 10 |
| GNR                       | 57  | 9  |
| Marinha                   | 47  | 7  |
| ARS Norte                 | 36  | 6  |
| Sec. Geral MNE            | 34  | 5  |
| Força Aérea               | 33  | 5  |
| DG Reins. Serv. Pris.     | 29  | 4  |
| ARS LVT                   | 27  | 4  |
| Estado Maior General FA   | 16  | 2  |
| DG Admin. Justiça         | 14  | 2  |
| Polícia Judiciária        | 12  | 2  |
| ARS Centro                | 8   | 1  |
| SEF                       | 7   | 1  |
| Ins. Seg. Social          | 7   | 1  |
| Ins. Reg. Notariado       | 6   | 1  |
| C. Hospitalar Oeste       | 3   | 0  |
| INE                       | 3   | 0  |
| DG Política Def. Nacional | 3   | 0  |



Hélder Rosalino

## Suplementos custam 700 milhões por ano

■ Existem mais de 280 suplementos que são pagos na Função Pública e que custam 700 milhões de euros por ano. Isto sem contar com o subsídio de refeição (mais 520 milhões), trabalho extraordinário (120 milhões) e ajudas de custo.

Para racionalizar esta multiplicidade de prestações, o ex-secretário de Estado, Hélder Rosalino, mandou fazer um relatório, cujas conclusões preliminares foram ontem revelados. O Governo quer fazer uma “tabela única” de suplementos, eliminar pelo menos meia centena (que têm poucos beneficiários) e ter como regra que o suplemento seja pago por um valor fixo (não uma percentagem do ordenado) e que seja temporário. ■ M.A.G.

## Carreiras que mais pagam

|                        |    |
|------------------------|----|
| Of. FA                 | 59 |
| Sarg. FA               | 51 |
| Guarda GNR             | 48 |
| Praça FA               | 40 |
| Esp. Médica            | 29 |
| Diplomata              | 27 |
| Médico (clínica geral) | 25 |
| Guarda Prisional       | 22 |
| Esp. Enfermagem        | 18 |
| Oficial de Justiça     | 15 |

21-12-2013

# PASSOS INSISTE NO CORTE DE PENSÕES

**REFORMAS  
PÚBLICAS E PRIVADAS  
EM RISCO**



■ Veto do Tribunal  
Constitucional  
não trava Executivo

■ Plano B discutido  
em Conselho  
de Ministros 5.ª feira

■ Governo reduz  
complementos  
salariais no Estado

■ Extras custam 700  
milhões de euros  
por ano

PÁGS. 8 E 9